

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 134 - SETEMBRO DE 2020

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Leis Complementares.....	3
Decretos.....	3

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	5
Decretos.....	6

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	8
Pareceres.....	10

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Alisson de Bom de Souza

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Sérgio Laguna Pereira

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



LEI Nº 17.961**30 DE JULHO DE 2020**

Denomina delegado marcio leandro marcelino a 3ª delegacia de policia da comarca de chapeco([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.962**30 DE JULHO DE 2020**

Confere ao municipio de palmeira o titulo de capital catarinense das carnes de qualidade ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.963**30 DE JULHO DE 2020**

Institui a semana de valorização e respeito ao trabalho do professor, nas escolas da rede estadual de ensino do estado de santa catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.964**10 DE JULHO DE 2020**

Altera o anexo i da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no ambito do estado de santa catarina, para instituir o dia da dança([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.965**30 DE JULHO DE 2020**

Denomina padre Woldinei Junior de Souza o ginásio de esportes da escola de educação basica henrique rupp junior, no municipio de campos novos. de santa catarina, para excluir do rol das entidades declaradas de utilidade pública estadual o polo tecnológico de informação e comunicação da região de blumenau (blusoft). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.966**30 DE JULHO DE 2020**

altera o anexo iv da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no ambito do estado de santa catarina, para instituir a festa de são pedro, do municipio de São José do Cerrito.. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.967**30 DE JULHO DE 2020**

Denomina Flora Duarte de Albuquerque a biblioteca da escola de educação basica marino pisani, do municipio de monte carlo. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.968**30 DE JULHO DE 2020**

Dispõe sobre a permissão para a visitação de animais domesticos e de estimação em hospitais privados, publicos contratados, conveniados e cadastrados no sistema unico de saude (sus) no estado de santa catarina e adota outras providencias. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.969**30 DE JULHO DE 2020**

Altera o anexo i da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no ambito do estado de santa catarina, para instituir o dia estadual do rio uruguai. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.970**30 DE JULHO DE 2020**

Reconhece o santuário diocesano bem-aventurada Albertina Berkenbrock, no municipio de Imarui, como ponto turístico religioso do estado de santa catarina([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.971**30 DE JULHO DE 2020**

Altera o anexo i da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no ambito do estado de santa catarina, para instituir o dia do remador([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.972**30 DE JULHO DE 2020**

Fica obrigada a afixação de dispensadores com álcool em gel no interior de veículos que realizem transporte coletivo de passageiros no território estadual, em decorrência do coronavirus (covid-19).([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.973**30 DE JULHO DE 2020**

Altera a lei nº 16.733, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade publica estadual no âmbito do estado de santa Catarina, para prorrogar, em razão da vigência do estado de calamidade publica, o prazo de validade das certidões de reconhecimento de utilidade publica estadual expedidas pela assembleia legislativa do estado de santa Catarina([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.974**30 DE JULHO DE 2020**

reconhece os serviços de alimentação tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.975**30 DE JULHO DE 2020**

Institui a campanha estadual permanente de prevenção de acidentes de moto no âmbito do estado de santa catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.976**30 DE JULHO DE 2020**

Altera a lei nº 12.854, de 2003, que institui o

código estadual de proteção aos animais, para garantir mais dignidade, integridade física e bem-estar aos animais. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.977**30 DE JULHO DE 2020**

Estabelece prazo mínimo para a entrega de propostas referentes aos editais de licitação de contratação da administração publica estadual. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.978**3 DE AGOSTO DE 2020**

Altera a Lei nº 10.361, de 1997, que “Disciplina o funcionamento de clubes, academias e outros estabelecimentos que ministrem aulas ou treinos de ginástica, dança, artes marciais, esportes e demais atividades físico desportivo-recreativas e adota outras providências”, para facultar a contratação de responsável técnico substituto. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.979**3 DE AGOSTO DE 2020**

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de São Lourenço do Oeste. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.980**3 DE AGOSTO DE 2020**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Irani. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.981**17 DE AGOSTO DE 2020**

Institui o programa Santa Catarina digital, em âmbito estadual([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.982**19 DE AGOSTO DE 2020**

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.983**19 DE AGOSTO DE 2020**

Dispõe sobre obrigatoriedade de a empresa contratada pela administração pública estadual apresentar relação contendo o nome de todos os sócios. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.984**19 DE AGOSTO DE 2020**

Institui a semana cultural interescolar nas escolas de educação básica da rede pública estadual de ensino do estado de santa catarina, e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 17.985

19 DE AGOSTO DE 2020

Institui o recebimento de comunicação de violência doméstica e familiar contra a mulher, por intermédio de atendentes em farmácias e drogarias que permanecerem em funcionamento durante a vigência do estado de calamidade pública no estado de santa catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.986

19 DE AGOSTO DE 2020

Revoga a lei nº 16.884, de 2016, que declarou de utilidade pública o instituto parque das nascentes (IPAN), de blumenau. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.987

19 DE AGOSTO DE 2020

Acrescenta o art. 19-a na lei nº 17.492, de 2018, que dispõe sobre a responsabilidade territorial urbana, o parcelamento do solo, e as novas modalidades urbanísticas, para fins urbanos e rurais, no estado de santa catarina e adota outras providências e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.988

20 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a abertura de crédito especial em favor do fundo estadual de saúde (FES). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.989

24 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a transferência de recursos da união para o auxílio financeiro dos hospitais filantrópicos e clínicas de hemodiálise devidamente contratualizadas com o sistema único de saúde (sus) que forem repassados aos gestores estadual e municipal para enfrentamento e combate a covid-19. ([Inteiro teor](#))

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR

30 DE JULHO DE 2020

Acrescenta dispositivo ao art. 26 da Lei Complementar nº 170, de 1998, para dispensar a obrigatoriedade da realização dos duzentos dias de efetivo trabalho escolar por ano, no ano de 2020. ([Inteiro teor](#))

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

DECRETOS

DECRETO Nº 751

31 DE JULHO DE 2020

altera o decreto nº 1.484, de 2018, que fixa as diretrizes para a promoção das adaptações necessárias a adequação das empresas publicas e sociedades de economia mista e suas subsidiarias do estado de santa Catarina ao disposto na lei federal nº 13.303, de 2016, e no decreto nº 1.007, de 2016, e estabelece outras providencias. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 752

31 DE JULHO DE 2020

Regulamenta o parcelamento de credito de origem não tributaria inscrito em divida ativa do estado.. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 756

31 DE JULHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 757

31 DE JULHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 758

31 DE JULHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 759

31 DE JULHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 760

31 DE JULHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 761

31 DE JULHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 762

31 DE JULHO DE 2020

Altera o art. 8º-a do decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade publica em todo o territorio catarinense, nos termos do cobrade nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento a covid-19, e estabelece outras providencias. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 763

3 DE AGOSTO DE 2020

Altera a programação fisico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela lei nº 17.874, de 2019 ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 769

5 DE AGOSTO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 770

5 DE AGOSTO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 771

5 DE AGOSTO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 772

5 DE AGOSTO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 773**5 DE AGOSTO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 774**5 DE AGOSTO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 775**5 DE AGOSTO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 776**5 DE AGOSTO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 777**5 DE AGOSTO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 778**5 DE AGOSTO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 779**5 DE AGOSTO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 780**6 DE AGOSTO DE 2020**

Altera o art. 1º do decreto nº 387, de 2019, que dispõe sobre a composição do conselho estadual de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação (fundeb). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 781**6 DE AGOSTO DE 2020**

Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares estaduais, ativos e inativos, e de pensionistas previdenciários ou militares da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional do poder executivo, fixa o preço pelo uso do sistema pelas consignatárias e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 782**7 DE AGOSTO DE 2020**

Regulamenta a lei nº 17.801, de 2019, que institui

o fundo estadual de segurança pública (fesp-sc) e estabelece outras providências, e aprova o regimento interno do conselho gestor do fesp-sc ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 783**7 DE AGOSTO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 784**7 DE AGOSTO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 785**7 DE AGOSTO DE 2020**

Altera o decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do cobrade nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento a covid-19, e estabelece outras providências ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 787**10 DE AGOSTO DE 2020**

Cria e ativa o batalhão de polícia de choque (bp-choque) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 789**10 DE AGOSTO DE 2020**

declara de utilidade pública, para fins de aquisição por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados a margem da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 791**10 DE AGOSTO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 792**10 DE AGOSTO DE 2020**

Altera o decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do cobrade nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento a covid-19, e estabelece outras providências ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 794**18 DE AGOSTO DE 2020**

Altera o decreto nº 1.456, de 2018, que autoriza a criação de conselhos comunitários de segurança (consegs) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 795**20 DE AGOSTO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 797**21 DE AGOSTO DE 2020**

Introduz a alteração 4.116 no ricms/sc-01 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 798**21 DE AGOSTO DE 2020**

Introduz a alteração 4.122 no ricms/sc-01 ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 799**24 DE AGOSTO DE 2020**

Introduz as alterações 4.142 e 4.143 no ricms/sc-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 800**20 DE AGOSTO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 802**24 DE AGOSTO DE 2020**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do conselho estadual de educação (cee/sc) ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 803**25 DE AGOSTO DE 2020**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do conselho estadual de educação (cee/sc) ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 804**26 DE AGOSTO DE 2020**

Altera o anexo único do decreto nº 144, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.029

28 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a transposição e a reprogramação de saldos financeiros constantes dos fundos de assistência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.030

28 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis n os 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.031

28 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial do valor de investimento realizado por instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada, coligada, filial, sucursal ou agência domiciliada no exterior; altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe, entre outras matérias, sobre os arranjos de pagamento e sobre as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, e a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que dispõe, entre outras matérias, sobre a Letra Financeira; e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.032

4 DE AGOSTO DE 2020

Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 2.113.789.466,00 (dois bilhões, cento e treze milhões, setecentos e oitenta e nove mil quatrocentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.033

4 DE AGOSTO DE 2020

Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 639.034.512,00 (seiscentos e trinta e nove milhões, trinta e quatro mil quinhentos e doze reais), para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.034

5 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis n os 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.035

11 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.036

13 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para estabelecer a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação dos valores por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.037

17 DE AGOSTO DE 2020

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Justiça e Segurança Pública e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 615.996.235,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.038

17 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.039

17 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza técnica e singular dos serviços prestados por advogados e por profissionais de contabilidade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.040

18 DE AGOSTO DE 2020

Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.041

18 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.042

19 DE AGOSTO DE 2020

Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.043

19 DE AGOSTO DE 2020

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.044

19 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine), constante da Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018, e os benefícios fiscais previstos nos arts. 1º e 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e no art. 44 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.045

20 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir linha de crédito destinada aos profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para criar o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Microempresas e para Pequenas e Médias Empresas e o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo. ([Inteiro teor](#))

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 14.046

24 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.047

24 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a

permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.048

24 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nos 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho). [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.049

26 DE AGOSTO DE 2020

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, do Trabalho, e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 36.737.273,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.050

26 DE AGOSTO DE 2020

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 166.822.755,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

DECRETOS

DECRETO Nº 10.446

6 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a regulamentação da celebração de aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016, de que trata a Lei nº 13.499, de 26 de outubro de 2017, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 10.447

7 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a qualificação das unidades de conservação Parque Nacional de Brasília, localizado no Distrito Federal, e Parque Nacional de São Joaquim, localizado no Estado de Santa Catarina, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 10.448

7 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a execução do Acordo de Complementação Econômica nº 74 (ACE74), firmado pela República Federativa do Brasil e pela República do Paraguai, em 11 de fevereiro de 2020. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 10.449

7 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, e o Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, para dispor sobre a supervisão direta das

entidades vinculadas ao Ministério do Turismo. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 10.450

10 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 10.451

10 DE AGOSTO DE 2020

Institui o Comitê Gestor do Projeto de Cooperação Brasil-Alemanha para Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 10.452

10 DE AGOSTO DE 2020

Promulga o texto do Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação, firmado pela República Federativa do Brasil, em San Juan, em 2 de agosto de 2010. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 10.453

10 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 10.117, de 19 de novembro de 2019, que dispõe sobre a qualificação de projetos para ampliação da capacidade de recuperação energética de resíduos sólidos urbanos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 10.454

10 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Comando da Marinha do Ministério da Defesa. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 10.455

11 DE AGOSTO DE 2020

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 10.456

11 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre o horário de retransmissão obrigatória do programa oficial de informações dos Poderes da República pelas emissoras de radiodifusão sonora e regulamenta os casos excepcionais de flexibilização ou de dispensa. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 10.457

13 DE AGOSTO DE 2020

Regulamenta o incentivo de que trata o art. 11-C da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 10.458

13 DE AGOSTO DE 2020

Institui a Comissão de Desenvolvimento Integra-

DECRETOS

do para o Centro Espacial de Alcântara e dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.459
13 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, que regulamenta a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização, e o Decreto nº 10.263, de 5 de março de 2020, que altera o Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998.

([inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.460
14 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 9.980, de 20 de agosto de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. ([inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.461
14 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.462
14 DE AGOSTO DE 2020

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Comunicações, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.463
14 DE AGOSTO DE 2020

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.464
17 DE AGOSTO DE 2020

Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.465
18 DE AGOSTO DE 2020

Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.466
18 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos turísticos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.467
18 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a qualificação do serviço público de loteria denominado apostas de quota fixa instituído pela Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.468
18 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.469
19 DE AGOSTO DE 2020

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Espacial Brasileira e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.470
24 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.471
24 DE AGOSTO DE 2020

Regulamenta o adicional de compensação por disponibilidade militar, de que trata o art. 8º da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.472
24 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a qualificação do Aeroporto Gover-

nador Aluizio Alves no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI para fins de relicitação. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.473,
24 DE AGOSTO DE 2020

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.474
26 DE AGOSTO DE 2020

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.475
27 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.476
27 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional de Saúde, e remaneja cargos em comissão. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.477
27 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde, e remaneja cargos em comissão. ([Inteiro teor](#))

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE 049/20

28.07.2020

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 7º, incisos I e II da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 6º da Portaria GAB/PGE 045/20, de 22 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, para comporem a Comissão de Avaliação e Desempenho dos empossados em decorrência da aprovação no 9º Concurso Público para ingresso na carreira de Procurador do Estado, os Procuradores do Estado TAITALO FAORO COELHO DE SOUZA, matrícula nº 0292496-0-01, SANDRA CRISTINA MAIA, matrícula nº 0365914-3-01 e MANOEL CORDEIRO JUNIOR, matrícula nº 0239470-7-01.

Parágrafo único. Ficam designados como suplentes os Procuradores do Estado VITOR ANTONIO MELLILLO, matrícula nº 0232741-4-01, ALINE CLEUSA DE SOUZA, matrícula nº 0322992-0-02 e GIOVANNI AGUIAR ZASSO, matrícula nº 0378623-4-01.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (república por incorreção).

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 050/20

29.07.2020

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação das diretrizes impostas pela Lei federal nº 13.079, de 14 de agosto de 2018, de que trata a Portaria GAB/PGE 037/20, passando a ser composta pelos Procuradores do Estado MARCELO MENDES, ANDRÉ DOUMID BORGES, RICARDO DE ARAÚJO GAMA e ELENISE MAGNUS HENDLER, pela Diretora de Apoio Técnico, CAROLINA HAIDE PACHECO e pelo Gerente de Tecnologia da Informação, ANDRÉ BASTOS, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 051/20

05.08.2020

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições previstas no art. 54 e seguintes da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o resultado do concurso de remoção para o preenchimento de vagas disponíveis nos órgãos de execução regionais da Procuradoria-Geral do Estado, deflagrado pelo Edital Nº 02/2020-PGE, em que foram declarados habilitados os Procuradores do Estado abaixo nominados:

1. André dos Santos Carvalho para a Regional de Jaraguá do Sul;
2. Gustavo Schmitz Canto para a Regional de Tubarão; e
3. Vanessa Valentini para a Regional de Itajaí.

Art. 2º As datas de início do trânsito da efetiva remoção, quando aplicável, serão definidas em ato próprio do Procurador-Geral do Estado.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 052/20

06.08.2020

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar CLEBER ROSSO BICCA, matrícula nº 0950212-2-01, para atuar como fiscal do Contrato nº 007/2020-PGE, celebrado entre a Procuradoria-Geral do Estado e a empresa Litoral Engenharia e Construções Eireli., cujo objeto é a execução das obras de impermeabilização, pintura externa, readequação da recepção com acessibilidade, e pintura interna do 12º pavimento, do prédio sede da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 053/20

06.08.20

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições previstas no art. 31 da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecida a seguinte lotação de Procuradores do Estado para o funcionamento das Procuradorias Regionais:

- a) Blumenau: cinco (05);
- b) Joinville: seis (06);
- c) Itajaí: seis (06);
- d) Chapecó: cinco (05);
- e) Criciúma: cinco (05);
- f) Mafra: duas (02);
- g) Lages: três (03);
- h) Joaçaba: duas (02);
- i) Tubarão: seis (06);
- j) Rio do Sul: duas (02);
- k) Curitiba: uma (01);
- l) Caçador: uma (01);
- m) Jaraguá do Sul: duas (02); e
- n) São Miguel do Oeste: duas (02).

Art. 2º Fica revogada a Portaria GAB/PGE 047, de 22 de julho de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 055/20

17.08.2020

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de sua competência conferida pelo art. 7º, incisos II e III da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, para atuar no Núcleo de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral do Estado (NAG), a partir de 31 de agosto de 2020, as seguintes Procuradoras: I - Fernanda Donadel da Silva; e II - Jéssica Campos Savi. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 054/20

20.08.2020

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de sua competência conferida pelo art. 7º, incisos II e III da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para atuar na Consultoria Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado, sob a direção do Procurador-Chefe Marcelo Mendes, os seguintes Procuradores:

I - André Doumid Borges;
II – André Emiliano Uba;
III - André Filipe Sabetzki Boeing; IV - Carla Schmitz de Schmitz; V - Evandro Régis Eckel;
VI - Helena Schuelter Borguesan; VII - Loreno Weissheimer; e VIII - Silvio Varela Júnior.

Parágrafo único. Ficam cessados os efeitos das designações anteriores ao início de vigência desta Portaria. Art. 2º Esta Portaria produz efeitos a partir de 31 de agosto de 2020.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 056/20
21.08.2020

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições previstas no art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecida a seguinte distribuição lotacional dos

Procuradores do Estado:

I – SEDE:

I.1 – Procuradoria Fiscal:

01. Adriana Gonçalves Cravinhos;
02. Andréia Cristina da Silva Ramos;
03. Bárbara Lebarbechon Moura Thomaselli Martins;
04. Bruno de Macedo Dias;
05. Carla Beatriz Debiasi;
06. Carlos Alberto Prestes;
07. Ederson Pires;
08. Eduardo Zanatta Brandeburgo;
09. Fabiana Guardini Nogueira;
10. Gerson Luiz Schwerdt;
11. João Batista Burigo;
12. Jocélia Aparecida Lulek;
13. Juliano Dossena;
14. Leandro da Silva Zanini;
15. Luiz Dagoberto Corrêa Brião;
16. Ricardo de Araújo Gama;
17. Rogério de Luca; e
18. Tatiana Coral Mendes de Lima.

I.2 – Procuradoria do Contencioso:

01. Aline Cleusa de Souza;
02. Alisson de Bom de Souza;
03. André Emiliano Uba;
04. Antônio Fernando de Alcântara Athayde Júnior;
05. Ana Cláudia Allet Aguiar;
06. Carla Schmitz de Schmitz;
07. Célia Iraci Cunha;
08. Celso Antônio de Carvalho;
09. Daniel Cardoso;
10. Daniel Rodriguez Teodoro da Silva;
11. Daniela Sieberichs Leal;
12. Diogo Marcel Reuter Braun;
13. Edith Gondin;
14. Elenise Magnus Hendler;
15. Elisângela Strada;

16. Elizabeth Hinnig Lecey;
17. Elusa Mara de Meirelles Wolff Cardoso;
18. Evandro Régis Eckel;
20. Ezequiel Pires;
21. Felipe Wildi Varela;
22. Fernando Alves Filgueiras Silva;
23. Fernando Mangrich Ferreira;
24. Flávia Dreher de Araújo;
25. Francisco Guilherme Laske;
26. Francisco José Guardini Nogueira;
27. Gian Marco Nercolini;
28. Isabel Parente Mendes Gomes;
29. Ivan S. Thiago de Carvalho;
30. João dos Passos Martins Neto;
31. Kátia Simone Antunes;
32. Leonardo Navarro Thomaz de Aquino;
33. Loreno Weissheimer;
34. Marcelo Mendes;
35. Mário Sérgio Simas;
36. Osni Alves da Silva;
37. Queila de Araújo Duarte Vahl;
38. Rafael do Nascimento;
39. Reinaldo Pereira e Silva;
40. Ricardo Della Giustina;
41. Rodrigo Roth Castellano;
42. Rosângela Conceição de Oliveira Melo;
43. Sérgio Laguna Pereira;
44. Taitalo Faoro Coelho de Souza;
45. Thiago Aguiar de Carvalho;
46. Vanessa Weirich;
47. Vitor Antonio Mellilo;
48. Weber Luiz de Oliveira;
48. Zany Estael Leite Júnior; e
50. Zênio Ventura.

II – PROCURADORIA REGIONAL DE BLUMENAU:

01. Carlos Renê Magalhães Mascarenhas;
02. Caio Farias Jorge;
03. Laisa Pavan da Costa;
04. Nataniel Martins Manica; e
05. Nathan Matias Lopes Soares.

III – PROCURADORIA REGIONAL DE CAÇADOR:

01. André Martinez Rossi.

IV – PROCURADORIA REGIONAL DE CHAPECÓ

01. Giovanni Aguiar Zasso;
02. Marcelo Adriam de Souza;
03. Marcelo Luis Koch;
04. Marcos Alberto Titão; e
05. Rodrigo Diel de Abreu.

V – PROCURADORIA REGIONAL DE CRICIÚMA:

01. André Doumid Borges;
02. Gabriel Pedroza Bezerra Ribeiro;
03. Jéssica Campos Savi;
04. Marcos Rafael Bristot de Faria; e
05. Thiago Mundim Brito.

VI – PROCURADORIA REGIONAL DE CURITIBANOS:

01. Fernanda Seiler.

VII – PROCURADORIA REGIONAL DE ITAJAÍ:

01. Alessandra Tonelli;
02. Carlos Dalmiro Silva Soares;
03. Manoel Cordeiro Júnior;

04. Marcos Cezar Averbeck;

05. Renato Domingues Brito; e
06. Vanessa Valentini.

VIII – PROCURADORIA REGIONAL DE JARAGUÁ DO SUL:

01. André dos Santos Carvalhal; e
02. Elizabete Andrade dos Santos.

IX – PROCURADORIA REGIONAL DE JOAÇABA:

01. André Filipe Sabetzki Boeing; e
02. Josevan Carmo da Cruz Junior.

X – PROCURADORIA REGIONAL DE JOINVILLE:

01. Artur Leandro Veloso de Souza;
02. Augusto Barbosa Hackbarth;
03. Camila Maria Duarte;
04. Eliezer Guedes de Oliveira Junior;
05. João Paulo de Souza Carneiro; e
06. Sandra Cristina Maia.

XI – PROCURADORIA REGIONAL DE LAGES:

01. Fernanda Donadel da Silva;
02. Flávia Baldini Kemper; e
03. José Hamilton Rujanowski.

XII – PROCURADORIA REGIONAL DE MAFRA:

01. Eliane Lima Araújo; e
02. Ronan Saulo Robl.

XIII – PROCURADORIA REGIONAL DE RIO DO SUL:

01. Ligia Janke; e
02. Ygor Aquino Almeida.

XIV – PROCURADORIA REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE:

01. Felipe Barreto de Melo; e
02. Jair Augusto Scrocaro.

XV – PROCURADORIA REGIONAL DE TUBARÃO:

01. Anelise dos Santos Soares;
02. Cláudio Zoch de Moura;
03. Gustavo Schmitz Canto;
04. Fillipi Specialski Guerra;
05. Helena Schuelter Borguesan; e
06. João Carlos Castanheira Pedroza.

Art. 2º A distribuição lotacional de que trata o art. 1º desta Portaria

não interfere no efetivo exercício de Procurador do Estado decorrente

de designações específicas do Procurador-Geral do Estado ou de

atos do Governador do Estado, vigentes na data de publicação

desta Portaria, para atuação em órgãos da Procuradoria-Geral do

Estado ou da Administração Pública Estadual.

Art. 3º Fica revogada a Portaria GAB/PGE 029, de 1º de março

de 2019.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE 057/20 25.08.2020

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados DANIELA BARBOSA PACHECO, Diretora de Administração, matrícula nº 02944494-4-01, e ANDRÉ BASTOS, Gerente de Tecnologia da Informação, matrícula nº 0956119-6-01, para atuarem, respectivamente, como gestor e fiscal do Contrato nº 009/2020-PGE, celebrado entre a Procuradoria-Geral do Estado e a empresa Cyclo-X Soluções em TI Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de sustentação, suporte, licenciamento, garantia e bilhetagem dos equipamentos e softwares que compõem a rede de telefonia IP corporativa do Governo do Estado de Santa Catarina. Art. 2º Fica designa-

do CLEBER ROSSO BICCA, Coordenador de Grupo, matrícula nº 0950212-2-01, para atuar como fiscal suplente. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado
Cod. Mat.: 687652

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

PARECERES

PARECER 384/20-PGE

PROCESSO: SCC 11024/2020
INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Autógrafo de projeto de lei n.º 087/2020, de iniciativa parlamentar que “proíbe a dispensa dos agentes públicos que menciona, admitidos em caráter temporário, na forma da Lei Complementar nº 260, de 2004, durante o período de situação de emergência ou estado de calamidade pública em Santa Catarina, decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), e nos 6 (seis) meses subsequentes”. Competência privativa do Governador para a iniciativa de lei para disciplinar a matéria - artigos 50, § 2º, inciso IV, e 71, inciso IV, a, ambos da Constituição Estadual. Violação ao primado da Separação dos Poderes. Projeto de lei que, ademais, tem o condão de impedir a Administração Pública de dispensar agentes que eventualmente se tornem desnecessários, contrapondo-se ao requisito da necessidade temporária de excepcional interesse público para a contratação temporária. Vícios de inconstitucionalidade formal e material.

PARECER Nº 385/20-PGE

PROCESSO: SEF 20546/2018

INTERESSADO: Secretaria do Estado da Fazenda

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Cassação de Tratamento Tributário Diferenciado – TTD. Vinculação ao Protocolo de Intenções. Não atingimento de metas. Iteração legislativa. Art. 14 da Lei nº 17.878/2019. Aplicação aos atos de pedido de cassação de regime especial. Regulamentação. Alcance da norma

PARECER N.º 386/2020-PGE

PROCESSO: SEF 3167/2020.

INTERESSADO: SEF.

AUTOR: Marcelo Mendes

EMENTA: Consulta. Minuta de termo aditivo ao contrato de prestação de serviços

financeiros e outras avenças nº 035/2017. Banco do Brasil. Antecipação de recebíveis. Regularidade.

PARECER Nº 388/20-PGE

PROCESSO: SEA 7460/2020

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Fazenda

AUTOR: Marcelo Mendes

EMENTA: Consulta. Minuta de 3º termo aditivo ao contrato de restação de serviços financeiros e outras avenças nº 035/2017. Banco do Brasil. Adequação ao Decreto Estadual n. 781, de 6 de agosto de 2020. Inexistência de impedimento à subscrição.

PARECER Nº 389/20-PGE

PROCESSO: SCC 11035/2020.

INTERESSADO: Casa Civil.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: : Autógrafo do Projeto de Lei nº 210/2020, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Altera a Lei n.º 17.842, de 2019, que ‘Autoriza a doação de imóvel no Município de Içara’, para modificar a sua finalidade”. Constitucionalidade

PARECER Nº 39020-PGE

PROCESSO: SCC 7164/2019

INTERESSADO: : Fundação Educacional de Criciúma - Fucri

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: : TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNEROS, NOS QUAIS HAJA PREVISÃO DE CONTRAPARTIDA. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE TERMO DE PARCERIA OU DE OUTROS INSTRUMENTOS.

1. O termo de parceria é um dos instrumentos jurídicos que podem ser utilizados pelo Estado para as transferências voluntárias de recursos, devendo no caso específico, ter como base as disposições das Leis Federais 12.881/13 e 10.973/2004 e Lei Estadual nº 14.328/08 e outros diplo-

mas legais que o prevejam, desde que o objeto da celebração seja adequado às finalidades dessas legislações. 2. Resulta da lei o papel da FAPESC como agência de fomento, incumbindo a ela a tarefa de estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia, contemplando, inclusive, incubadores e parques tecnológicos.

3. Nada obsta a contratação direta da FUCRI/UNESC, uma vez que presente o interesse público na realização do objeto, além de: se tratar de instituição que integra o sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação de Santa Catarina (art. 4º, VI da Lei n. 14.328/08, regulamentada pelo Decreto n. 2.372/09); ser qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior – ICES, fato que lhe permite o recebimento de recursos para a execução de atividades de interesse público; ser qualificada também como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação – ICT (art. 2º da Lei n. 10.973/04); ser instituição privada sem fins lucrativos apta a interagir com os entes públicos para o desenvolvimento das atividades de CT&I na região (art. 1º da Lei Nacional de Inovação, Lei n. 10.973/04; art. 21 da Lei Estadual de Inovação, Lei n. 14.328/08).

PARECER Nº 391/20-PGE

PROCESSO: SCC 11355/2020

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei n.º 240/2020, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem governamental, contendo emendas parlamentares, que “Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Saúde

(FES)". Constitucionalidade.

PARECER Nº 392/20-PGE

PROCESSO: SCC 11135/2020

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: Rafael do Nascimento

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei n.º 240/2020, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem governamental, contendo emendas parlamentares, que "Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Saúde (FES)". Constitucionalidade.

PARECER Nº 393/20-PGE

PROCESSO: SCC 11039/2020

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: : Autógrafo do Projeto de Lei n. 242/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que "Acrescenta o art. 19-A na Lei nº 17.492, de 2018, que 'Dispõe sobre a responsabilidade territorial urbana, o parcelamento do solo, e as novas modalidades urbanísticas, para fins urbanos e rurais, no Estado de Santa Catarina e adota outras providências' e adota outras providências". Competência concorrente para legislar sobre proteção ao meio ambiente natural e artificial (urbano). Art. 24, I e VI, CFRB/88. Ausência de usurpação da competência municipal prevista no art. 30, VIII. Constitucionalidade.

PARECER Nº 394/20-PGE

PROCESSO: SCC 11028/2020

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: André Emiliano Uba

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Proposição de origem parlamentar que "Dispõe sobre obrigatoriedade de a empresa contratada pela Administração Pública Estadual apresentar relação contendo o nome de todos os sócios." Constitucionalidade. Recomendação de sanção.

PARECER Nº 395/20-PGE

PROCESSO: SCC 11352/2020.

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: Nathan Matias

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei n.º 239/2020, que "Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019". Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Iniciativa Adequada. Ações de Enfrentamento à Pandemia de COVID-19. Direito Fundamental à Saúde. Dever do Estado. Regularidade da Criação de Subações no Anexo I do PPA 2020-2023. Constitucionalidade Formal e Material

PARECER Nº 397/20-PGE

PROCESSO: SES 27349/2017.

INTERESSADO: SES

AUTOR: Josevan Carmo

EMENTA: Anteprojeto de lei. Instituição de fundo estadual voltado ao atendimento de demandas judiciais na área da saúde pública. Constitucionalidade formal e material. Arts. 165, caput e § 9º, II, e 167, IV, VI e IX, da Constituição da República e arts. 32, 61, 98, 120, 123, V, VII e X, da Constituição do Estado de Santa Catarina como parâmetros. Compatibilidade com os arts. 71 e 74 da Lei n. 4.320, de 1964.

PARECER Nº 399/20-PGE

PROCESSO: PGE 3211/2020.

INTERESSADO: PGE

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Licitação. Contratação do CIASC. Prestação do serviço de virtualização de servidores RISC e X86, fornecendo, assim, maior densidade de utilização de recurso (hardware, espaço, etc), enquanto mantém o isolamento e a segurança. Dispensa de Licitação - art. 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública.

PARECER Nº 400/20-PGE

PROCESSO: PMSC 78325/2019

INTERESSADO: PMSC

AUTOR: Gabriel Pedroza

EMENTA: Minuta de projeto de decreto que "Altera e dá nova redação a seção VI e seus arts. 16 a 19 do Decreto Estadual nº 19.237/1983, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina". Análise jurídica. Constitucionalidade e Legalidade. Resalva quanto à alteração da composição da assessoria jurídica do Comando-Geral.

PARECER Nº 401/20-PGE

PROCESSO: SJC 21847/2018

INTERESSADO: Daiane dos Santos Noqueira

AUTOR: Helena Schuelter

EMENTA: Ressarcimento ao erário. Valores recebidos indevidamente após dispensa a pedido de ex-servidora ACT. Presunção de boa-fé. Não ocorrência. Pagamento de remuneração sem efetiva prestação de serviços. Princípio da autotutela. Respeitada a ampla defesa e o contraditório. Legalidade do ressarcimento.

PARECER Nº 402/20-PGE

PROCESSO: PGE 1793/2020.

INTERESSADO: PGE E ORBENK

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Administrativo. Contrato de Serviço. Prestação de Serviços Terceirizados para a sede e regionais da Procuradoria-Geral do Estado. Supressão de Postos. Termo aditivo. Art. 65, inciso I, letra b) e § 1º, da Lei federal nº 8.666, de 1993. Possibilidade.

PARECER Nº 403/20-PGE

PROCESSO: : SJC 42592/2019.

INTERESSADO: SAP

AUTOR: Caio Farias

EMENTA: Processo Administrativo Disciplinar. Intimação de servidor público para prestar depoimento. Dever legal de comparecimento. Impossibilidade de servidor público não comparecer por motivo de férias ou de folga. Possibilidade de servidor público não comparecer por motivo de saúde decorrente de impedimento absoluto.

PARECER Nº 404/20-PGE

PROCESSO: PGE 3436/2020.

INTERESSADO: PGE

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de administração e gerenciamento de rede e serviços, suporte técnico níveis 1 e 2 em tecnologia da informação em plataforma Microsoft (Servidor e Estações). Dispensa de licitação. Viabilidade jurídica. Art. 24, IV, c/c art. 26, parágrafo único, da Lei n. 8666/93.

PARECER Nº 405/20-PGE

PROCESSO: SJC 34868/2019.

INTERESSADO: Eduardo Hipolito Tesseroi.

AUTOR: Fernanda Donadel

EMENTA: Constitucional e Administrativo. Servidor público. Recondução. Inabilitação no estágio probatório. Desistência. Estágio probatório em regime jurídico distinto.

PARECER Nº 406/20-PGE

PROCESSO: : SCC 11357/2020.

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: Silvio Varela

EMENTA: Autógrafo de Projeto de lei. Estabelece normas de gestão e rotinas administrativas relativas aos recursos da área da saúde. PL de iniciativa parlamentar. Matéria inserida no âmbito da competência privativa do Governador do Estado. Vício de inconstitucionalidade de ordem formal. Recomendação de veto total.

PARECER Nº 407/20-PGE

PROCESSO: : SCC 11350/2020.

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 174/2020. Proposição de iniciativa parlamentar que institui o recebimento de comunicação de violência doméstica e familiar contra a mulher, por intermédio de atendentes em farmácias e drogarias que permanecerem em funcionamento durante a vigência do estado de calamidade pública no Estado de Santa Catarina. Manifestação pela constitucionalidade.

PARECER Nº 408/20-PGE

PROCESSO: SCC 11477/2020.

INTERESSADA Casa Civil

AUTOR: Rafael do Nascimento

EMENTA Projeto de Lei nº 0233.5/2020, de Autoria Parlamentar, que “Estabelece medidas que garantam a saúde e preservação da vida de profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e manutenção da ordem pública, em casos de epidemia, pandemia ou surtos provocados por doenças infectocontagiosas, em especial a pandemia da COVID-19, e adota outras providências”. Providências relacionadas a atribuições de secretarias e de órgãos da Administração Pública. Matéria de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Inconstitucionalidade verificada.

PARECER Nº 409/20-PGE

PROCESSO: : SST 614/2020.

INTERESSADO: SDS

AUTOR: André Emiliano Uba

EMENTA: Consulta. Cessão de uso de imóvel da COHAB (em liquidação) para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social. Pedido de consulta acerca da imunidade tributária. Necessidade de formulação de novo requerimento ao Município de Florianópolis, objetivando o reconhecimento da imunidade tributária referente ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel sede da aludida Secretaria, expondo todos os dados e informações necessárias para sua correta análise pelo sujeito ativo do tributo.

PARECER Nº 412/20-PGE

PROCESSO: SEA 4248/2010

INTERESSADO:SEA

AUTOR: Caio Farias Jorge

EMENTA Progressão vertical. Lei complementar estadual nº 349/2006. Revogação pela lei complementar estadual 676/2016. Julgamento da ADI 3.966. Inconstitucionalidade da progressão vertical.,

PARECER Nº 415/20-PGE

PROCESSO: CBMSC 503/2019

INTERESSADA: CBMSC

AUTOR: Gabriel Pedroza

EMENTA Direito Administrativo. Bombeiro militar. I. Retribuição de comando pelo exercício da Diretoria de Urgência e Emergência. Órgão de direção criado por portaria. Ilegalidade. II. Erro operacional ou errônea interpretação da lei pela Administração; III. Interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração; Presença de boa-fé do servidor; IV. Ausência, por parte do servidor, de influência ou interferência para a concessão da vantagem; V. Existência de dúvida plausível sobre a interpretação, validade ou incidência da norma infringida, no momento da edição do ato que autorizou o

pagamento da vantagem. VI. Dispensa da restituição

PARECER Nº 416/20-PGE

PROCESSO: SEF 5351/2020

INTERESSADA SEF

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Lei Complementar n. 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Regime fiscal extraordinário. Declaração de estado de calamidade pública pela União e pelo Estado de Santa Catarina. Recursos vinculados. Lei Rouanet. Fundação Catarinense de Cultura. Desvinculação. Art. 65, § 1º, inciso II, da LRF. Propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas. Possibilidade. Edital em caráter emergencial #SCulturaEmSuaCasa. Mitigação das consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19 sobre o setor cultural. Necessidade de aquiescência pela Secretaria Especial de Cultura.

PARECER Nº 419/20-PGE

PROCESSO: SEF 13382/2019

INTERESSADA: SCPREV

AUTOR: Eliezer Guedes

EMENTA Alteração do Estatuto da SCPREV. Supressão de membros suplentes. Diminuição de diretorias. Admissibilidade de reuniões por videoconferência. Compatibilidade legal.

PARECER Nº 420/20-PGE

PROCESSO: SEF 7038/2020.

INTERESSADA: SEF

AUTOR: Marcos Alberto Titão

EMENTA Implementação dos benefícios previstos nos arts. 17 e 18 da Lei nº 17.878/19. Violação à Lei das Eleições (9.504/97). Eleições Municipais. Circunscrição do Pleito. Vedação em razão do ano eleitoral. Não ocorrência.

PARECER Nº 421/20-PGE

PROCESSO: SCC 11732/2020.

INTERESSADOS: Casa Civil

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei nº 154/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que ‘Dispõe sobre a proibição de inquirir sobre a religião e a orientação sexual de candidatos, em questionários de emprego, admissão ou adesão a empresas públicas ou privadas, sociedades, associações, clubes e afins’. Competência privativa da União para legislar sobre direito civil e do trabalho e competência material para efetuar a inspeção do trabalho. Art. 22, Inc. I e XVI e Art. 21, Inc. XXIV, da CRFB. Inconstitucionalidade

PARECER Nº 422/20-PGE

PROCESSO: SCC 11502/2020..

INTERESSADOS: Casa Civil

AUTOR: André Emiliano Uba

EMENTA: Pedido de Diligência. Projeto de Lei, de origem parlamentar, que “Dispõe sobre condutas proibidas aos agentes políticos e administrativos do Estado de Santa Catarina.” Inconstitucionalidade

PARECER Nº 423/20-PGE

PROCESSO: SCC 11814/2020

INTERESSADA: Casa Civil

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA Autógrafo do Projeto de Lei nº 187/2018, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que ‘institui o Programa de Atenção às Vítimas de Estupro com objetivo de dar apoio e identificar provas periciais.’ Constitucionalidade. Com exceção dos § 3º, do art. 1º e do § 2º do art. 2º, consoante a fundamentação.

PARECER Nº 424/20-PGE

PROCESSO: SSP 116410/2011

INTERESSADA: Ademir Serafim

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA Processo Administrativo Disciplinar. Aplicação da pena de cassação de aposentadoria. Pedido de Reconsideração. Alegado a inconstitucionalidade da aplicação de cassação da aposentadoria, em face da inclusão do §14 no art. 37 da Constituição Federal, com o advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, pleiteada a devolução ao Recorrente de todos os valores descontados a título de contribuição previdenciária; bem como a prescrição punitiva. Pedido apresentado tempestivamente. Negativa de provimento no mérito, frente a não verificação da prescrição punitiva, bem como qualquer inconstitucionalidade capaz de macular a pena aplicada. Precedentes da Jurisprudência e posicionamento já consolidado nesta casa.

PARECER Nº 425/20-PGE

PROCESSO: PGE 1049/2020.

INTERESSADO:Ademir Serafim

AUTOR: Marcos Alberto Tittão

EMENTA: Garantia ofertada administrativamente antes do juízo de execução fiscal. Certidão positiva com efeito de negativa. Possibilidade. Cobrança judicial da dívida ativa com prévia garantia. Otimização e economicidade.

PARECER Nº 426/20-PGE

PROCESSO: SCC 11812/2020.

INTERESSADA: Casa Civil

AUTOR: André Emiliano Uba

EMENTA Autógrafo de Projeto de Lei. Proposição de origem parlamentar que ‘Altera o art. 73 da Lei nº 3.938, de 1966, que ‘Dispõe sobre normas de Legislação Tributária Estadual’, para determinar prazo de julgamento e pagamento de requerimento administrativo relativo à restituição de tributos’. Constitucionalidade

PARECER Nº 427/20-PGE

PROCESSO: SCC 11483/2020.

INTERESSADA Casa Civil

AUTOR: Silvio Varela

EMENTA: Diligência suscitada pela ALESC. Projeto de Lei. Assegurar a isonomia nas premiações concedidas a homens e mulheres nas competições esportivas e culturais. Competência do Estado para legislar concorrentemente sobre o tema – art. 24, inc. IX, da CF. PL de origem parlamentar. Matéria não inserida no rol de competências privativas do Governador do Estado para iniciar o processo legislativo, Constitucionalidade da proposição legislativa.

PARECER Nº 428/20-PGE

PROCESSO: PGE 3457/2020

INTERESSADO: PGE e CIA SC

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Administrativo e Financeiro. Pagamento de despesas de exercícios anteriores. Serviços de circuitos de fibra ótica prestados pelo Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina – CIA SC. Lei 8.666/93, art. 69 e Decreto n.º 344/2019, art. 45, - Pagamento devido. Impossibilidade de enriquecimento sem causa do Estado. Pagamento a título de indenização à conta de despesas de exercícios anteriores.

PARECER Nº 429/20-PGE

PROCESSO: PGE 1486/2020

INTERESSADO): Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reparelhamento

AUTOR: Marcelo Luis Koch

EMENTA Direito Administrativo. Registro de Preços. Renovação de Licenças de Software. Bem e Serviço Comum. Pregão Eletrônico. Lei 10.520, de 2002, e Decretos Estaduais nº 2617, de 2009, e 153, de 2019. Redução do objeto da Licitação. Regularidade da minuta de edital e de seus anexos.

PARECER Nº 430/20-PGE

PROCESSO: CBMSC 503/2019

INTERESSADA: Procuradoria Geral do Estado e Piovesan

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA Administrativo e Financeiro. Indenização. Locação de imóvel que sedia a Procuradoria Regional de São Miguel do Oeste – SC, no período de 28/4/2020 a 11/05/2020. Lei n.º 8.666/93, art. 59. Pagamento devido. Impossibilidade de enriquecimento sem causa do Estado. Pagamento a título de indenização.

PARECER Nº 431/20-PGE

PROCESSO: SCC 11823/2020

INTERESSADA: Casa Civil

AUTOR: Evandro Régis Eckel e André Doumid Borges

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021 e estabelece outras providências. Art. 165, § 2º da CRFB e art. 120, § 3º, da CESC. Emendas Parlamentares. Necessidade de pertinência temática com o projeto original (art. 165, § 8º da CRFB - STF, ADI 1050) e compatibilidade com o Plano Plurianual. Art. 166, § 4º, da CRFB e art. 122, § 3º, da CESC. Recomendação de oposição de veto às disposições dos arts. 10 e 16, § 2º, 34, parágrafo único, do Projeto de Lei n. 0140.1/2020. Manifestação pela inexistência de óbices constitucionais à sanção das demais disposições constantes do projeto aprovado pelo Poder Legislativo.

PARECER Nº 432/20-PGE

PROCESSO: SCC 11808/2020

INTERESSADA: Casa Civil

AUTOR: Rafael do Nascimento

EMENTA Autógrafo de Projeto de Lei n.º 207/2020, de iniciativa parlamentar que “Dispõe sobre o registro de ocorrências relacionadas a todos os casos que envolvam violência contra a mulher por meio da Delegacia Virtual da Polícia Civil de Santa Catarina, em razão da pandemia da COVID-19.” Origem Parlamentar. Assunto relacionado a procedimentos em matéria processual. Inexistência de interferência na estrutura ou nas atribuições dos órgãos do Poder Executivo. Conteúdo que beneficia a mulher vítima de violência doméstica. Respeito ao direito fundamental à vida. Constitucionalidade verificada.

PARECER Nº 433/20-PGE

PROCESSO: SCC 11494/2020

INTERESSADA: Casa Civil

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA Pedido de Diligência. Projeto de Lei nº 0232.4/2020, de autoria parlamentar, que “dispõe sobre Auxílio Financeiro Emergencial aos motoristas de transporte escolar, motoristas de transporte escolar auxiliar e monitores de transporte escolar, enquanto perdurar a suspensão das aulas presenciais nas Escolas do Estado de Santa Catarina”. Pandemia. Covid-19. ADI 6357. Regime Fiscal Extraordinário. EC 106/2020. LC 173/2020. Decreto Legislativo nº 18.332, de 20 de março de 2020. Declaração de estado de calamidade pública pelo Estado de Santa Catarina.

Art. 65 da LC 101/2000, alterado pela LC 173/2020.

Temporariedade e excepcionalidade. Caráter não permanente. Ausência de inconstitucionalidade

PARECER Nº 434/20-PGE

PROCESSO: PGE 2906/2020.

INTERESSADOS: PGE E ADVANCIS MAX

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Administrativo. Licitações e Contratos. Prestação de serviços para fornecimento de catracas e pontos eletrônicos. Supressão do Reajuste Anual. Alteração da Razão Social e alteração do representante legal da empresa. Manutenção das demais cláusula do contrato. Art. 65, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993. Possibilidade.

PARECER Nº 435/20-PGE

PROCESSO: PCSC 41835/2016..

INTERESSADOS: Gilberto Luis de Souza

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Processo Administrativo Disciplinar. Agente de Polícia Civil. Infração ao artigo 211, III, por duas vezes. Lei nº 6.843/86 (Estatuto da Polícia Civil). Improbidade Administrativa. Demissão Qualificada. Sugestão da Comissão Disciplinar e Parecer da COJUR/SSP. Cumprimento dos Requisitos Legais

PARECER Nº 440/20-PGE

PROCESSO: SCC 12083/2020

INTERESSADA: Casa Civil

AUTOR: Silvio Varela

EMENTA : Projeto de Lei. Diligência. PI de iniciativa parlamentar. Cria verba indenizatória para os Militares do Estado. Competência exclusiva do Governador do Estado para iniciar processo legislativo - art. 50, § 2º, inciso I, da Constituição Estadual. Vício de inconstitucionalidade da proposição legislativa.